

Em carta, Banco Mundial diz que confia no País

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — Uma carta confidencial em que o Banco Mundial declara a sua forte confiança e expectativa no Brasil, enviada ao comitê dos credores brasileiros há 13 dias, foi divulgada ontem para a Imprensa, em Washington, numa iniciativa inédita.

A demonstração pública de confiança no Brasil está sendo dada num momento muito oportuno, quando o pacote de US\$ 5,2 bilhões fechado entre o Brasil e o comitê de bancos credores, na semana passada, começa a ser vendido mundialmente para cerca de 700 bancos comerciais. O presidente do Banco Mundial, Barber Conable, falando das reformas para corrigir o desequilíbrio fiscal, reduzir a inflação e desenvolver a eficiência nos setores financeiro, público e social, no Brasil, durante um encontro com a sua diretoria, na manhã de ontem, explicou: "Sem essas reformas nenhuma resolução teria sido possível; com elas, uma rápida reviravolta econômica é uma renovada probabilidade".

Só nesta semana dois novos empréstimos foram aprovados: um de US\$ 300 milhões, para o financiamento de investimentos agrícolas nos próximos cinco anos, e outro de US\$ 175 milhões, para a reconstrução das áreas afetadas pelas enchentes e desabamentos do começo do ano, no Rio de Janeiro.

O total para o próximo ano fiscal deverá ser "significativamente maior", acrescenta o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, ao



Reuter — 1º/10/87

Conable: reviravolta econômica

comitê dos bancos credores, explicando: "A expectativa de aumento do nível de empréstimo reflete (...) a confiança do banco nas perspectivas de desenvolvimento do Brasil a longo prazo".

Barber Conable antecipa aos banqueiros, logo na quinta linha de sua carta, que o programa brasileiro deverá ser também apoiado pelo FMI, com um acordo *stanby*. Os pontos principais que ele destaca do programa do Brasil são o compromisso de reduzir o déficit do setor público, normalizar as relações com a comunidade financeira internacional, redefinir o papel do Estado para a promoção de uma economia mais eficiente e competitiva, e melhorar as condições de vida do pobre através de programas sociais mais eficazes.

O objetivo da carta, como escreve Conable aos banqueiros, é o de explicar em termos gerais a natureza do programa brasileiro, "e de recomendá-lo para que o apoiem". Ele lembra que "o governo Sarney, nos

últimos meses, deu passos corajosos" na direção das reformas propostas. "Para alcançar a necessária estabilização e crescimento da economia a médio prazo, a poupança doméstica deverá ser aumentada de forma significativa, especialmente no setor público, e terá que ser suplementada por uma injeção de capital estrangeiro pelo resto desta década, e até o começo de 1990", diz Conable.

O Banco Mundial está trabalhando intimamente com o governo brasileiro em importantes reformas setoriais, acrescenta a carta, descrevendo alguns empréstimos para reformar empresas públicas, racionalizar gastos públicos e reformar as relações e políticas fiscais entre os estados e a administração federal.

"O banco pretende continuar assistindo o Brasil no aumento da produtividade e na melhoria das condições do pobre rural e urbano", promete Barber Conable, lembrando que até agora só uma pequena quantia de financiamento paralelo bilateral foi confirmada.

Este co-financiamento é um dos itens inovadores do pacote fechado entre o Brasil e o comitê de bancos credores. "Durante os primeiros contatos preliminares, fontes europeias e japonesas demonstraram considerável interesse em fornecer financiamento paralelo para assistência técnica aos portos, gás natural, saúde básica, crédito agrícola, setor de energia, política comercial e reformas financeiras", informa Barber Conable, concluindo:

"Nós acreditamos que as recentes medidas representam um primeiro passo essencial para o alcance de um clima econômico estável, necessário para o sucesso das reformas setoriais, e a conquista, pelo Brasil, de seu desenvolvimento potencial." Mas isso só será possível "com a total cooperação dos bancos credores do Brasil e de outros credores".